

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao
Banco Central do Brasil,

A Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.171.211/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de expressar o reconhecimento de nossas responsabilidades pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Relação dos documentos apresentados em conjunto desta carta:

- Relatório da administração
- Relatório dos auditores independentes
- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado
- Demonstração do resultado abrangente
- Demonstração da mutação do patrimônio líquido
- Demonstração do fluxo de caixa – método indireto
- Notas explicativas às demonstrações contábeis.

João Luiz Jardim Sanches
Diretor Financeiro

Severino Manoel da Silva
Contador – CRC 1SP248665/O-8

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

**Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024**

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de Dezembro de 2024.

No período em questão, a Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. continua a desempenhar um papel significativo no cenário de instituições financeiras e de pagamento, com foco na gestão responsável e na prestação de serviços de alta qualidade aos nossos clientes.

Neste semestre, nossos principais indicadores financeiros foram cuidadosamente monitorados das regulamentações e diretrizes do BACEN. Nosso principal ativo continua sendo representado pelo saldo a receber dos emissores de cartões, que totalizou R\$ 101,2 milhões no final do exercício.

Em conformidade com as disposições regulatórias cláusulas nas Resoluções nº 4.557/17 e 4.968/21 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. mantém uma estrutura sólida de gerenciamento de riscos e gestão de riscos capital. Nossa abordagem rigorosa visa mitigar riscos, garantir a solidez financeira e cumprir todas as obrigações regulatórias.

Em resumo, o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2024 apresentou desafios financeiros, mas nossa empresa continua comprometida com a excelência operacional, o gerenciamento responsável e a conformidade com as regulamentações do setor. Agradecemos à equipe da KPMG Auditores Independentes Ltda. na auditoria de nossas demonstrações contábeis.

A DIRETORIA



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
Acqio Adquirênciá Instituição de Pagamento S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Acqio Adquirênciá Instituição de Pagamento S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acqio Adquirênciá Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP295315/O-4

Acqio Instituição de Pagamento S.A.
Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativo

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		134.731	183.560
Disponibilidades	3	1.472	1.924
Ativos financeiros		106.945	171.112
Instrumentos financeiros		106.945	171.112
Títulos e valores mobiliários	4	5.265	6.289
Transações a receber de emissores	5	101.168	164.311
Contas a receber		512	512
Outros ativos		26.314	10.524
Impostos a recuperar	6	444	1.236
Outros créditos	7	25.870	9.288
Realizável a longo prazo e Permanente		708	1.103
Imobilizado de uso		0	3
Imobilizado		14	14
Depreciação acumulada		(14)	(11)
Intangível	8	708	1.100
Ativos intangíveis		1.963	1.962
Amortização acumulada		(1.255)	(862)
Total do ativo		135.439	184.663

Passivo

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		114.659	178.551
Passivos financeiros		108.333	170.201
Contas a pagar estabelecimentos	9	27.660	52.354
Empréstimos	10	295	749
Obrigações com cessão recebíveis	11	80.378	117.098
Outros Passivos		6.326	8.350
Tributos e contribuições sociais	12	4.383	2.808
Outros passivos	13	1.943	5.542
Exigível a longo prazo		11.352	452
Empréstimos	10	-	402
Outros passivos	13	11.302	-
Contingências	14	50	50
Total do passivo		126.011	179.003
Patrimônio líquido		9.428	5.660
Capital social	15	26.929	21.929
Aumento de capital		10.000	-

Prejuízo acumulado	(27.501)	(16.269)
Total do passivo e patrimônio líquido	135.439	184.663



As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços de transações de pagamentos	16	6.051	13.856	13.787
Receita de antecipação	16	7.364	16.322	24.014
Custo dos serviços prestados	17	(4.578)	(8.855)	(7.789)
Resultado bruto líquido		8.837	21.323	30.012
Despesas de pessoal	18	(3.166)	(5.957)	(5.400)
Despesas administrativas	19	(5.614)	(9.521)	(5.127)
Depreciação e amortização	20	(198)	(359)	(392)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		(1025)	(794)	307
Resultado operacional		(1.166)	4.692	19.400
Receitas financeiras		251	495	3.093
Despesas financeiras		(7.247)	(16.419)	(21.833)
Resultado financeiro, líquido	21	(6.996)	(15.924)	(18.740)
Lucro (prejuízo) líquido antes dos impostos		(8.162)	(11.232)	660
IRPJ/CSLL		-	-	(420)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício		(8.162)	(11.232)	240
Lucro (prejuízo) líquido por ação		(0,30)	(0,42)	0,01

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2º sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do período/exercício	(8.162)	(11.232)	240
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	(8.162)	(11.232)	240

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	21.929	(16.509)	-	5.420
Lucro do exercício	-	240	-	240
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.929	(16.269)	-	5.660
Saldos em 30 de junho de 2024	21.929	(19.339)	-	2.590
Capital Subscrito I	5.000		-	5.000
Aumento de capital			10.000	10.000
Prejuízo do exercício		(8.162)		(8.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.929	(27.501)	10.000	9.428
Saldos em 1º de janeiro de 2024	21.929	(16.269)	-	5.660
Aumento de capital	5.000	-	-	5.000
Aumento de capital em aprovação BACEN	-	-	10.000	10.000
Prejuízo do exercício	-	(11.232)	-	(11.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.929	(27.501)	10.000	9.428
Mutação do exercício	5.000	(11.232)	10.000	3.768

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa

 Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2º sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercícios	(8.162)	(11.232)	240
Depreciação e amortização	198	395	392
Provisão para contingências	-	-	50
Reversão de provisões	-	-	(238)
Juros sobre empréstimos	1.064	1.160	177
Decréscimo (acréscimo) de ativos	38.381	48.377	50.854
Instrumentos financeiros	2.904	1.024	4.919
Contas a receber de emissores	21.212	63.143	59.607
Contas a receber de clientes	-	-	2.056
Tributos a recuperar	796	790	(338)
Outros créditos	13.469	(16.580)	(15.390)
Acréscimo (decréscimo) de passivos	(56.469)	(63.360)	(62.598)
Tributos a recolher	777	1.574	2.145
Contas a pagar de estabelecimentos	(4.193)	(24.694)	6.659
Obrigações com cessão recebíveis	(12.997)	(36.720)	(70.941)
Partes relacionadas	(17.130)	(14.822)	(461)
Outros passivos	(22.926)	11.302	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(24.988)	(24.660)	(11.123)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	(82)
Aquisição de intangível	-	-	(82)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	-	-	(82)
Empréstimos	30.000	30.250	375
Juros pagos	(1.080)	(1.185)	(263)
Pagamento principal	(30.652)	(31.081)	(874)
Recursos para futuro aumento de capital	10.000	10.000	-
Aumento de capital	5.000	5.000	-
Mútuo com empresa ligada	11.224	11.224	9.397
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	24.492	24.208	8.635
Variação de caixa e equivalente de caixa	(496)	(452)	(2.570)
Saldo no início do semestre/exercícios	1.968	1.924	4.494
Saldo no final do semestre/exercícios	1.472	1.472	1.924
Variação de caixa e equivalente de caixa	(496)	(452)	(2.570)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Acqio IP”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e constituída em 19 de março de 2019. A Companhia tem como objeto social (i) a exploração da atividade de instituição de pagamento credenciadora que, nos termos da Lei nº 12.865/2013 e da Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021, consiste em (a) habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento e (b) participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras do arranjo de pagamento; (ii) administração dos pagamentos e recebimentos à rede de credenciados, mediante captura, transmissão, processamento de dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios eletrônicos de pagamento; (iii) prestação de serviços de tecnologia na área de meios eletrônicos de pagamento; e (iv) aquisição de direitos creditórios.

Em 08 de dezembro de 2022, a Companhia obteve seu deferimento de autorização junto ao Banco Central a funcionar como Instituição de Pagamento, na modalidade credenciador nos termos da Resolução BCB nº 8, de 25 de março de 2021.

Em 13 de Dezembro de 2024, foi realizado um aumento de capital na Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), mediante a emissão de 10.000.000 (Dez milhões) de novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Acqio Holding Participações S.A. e Acqio Holding Financeira Ltda., ainda pendente de aprovação do BACEN.

Em Junho de 2024, o Grupo Acqio passa a ser controlado pela ENTRE PAYMENTS SERVIÇOS DE PAGAMENTOS S.A., que pertence ao Grupo Entre Investimentos, contando com um ecossistema robusto de plataformas e serviços com alto potencial para a evolução do portfolio e sinergias operacionais. Além disso, conforme atestado ao Banco Central, o novo controlador detém capacidade econômico financeira fundamentada em ativos líquidos disponíveis, compatível com o capital necessário à estruturação e à operação do Grupo Acqio, bem como às contingências que possam surgir decorrentes da dinâmica do mercado, que podem ensejar a necessidade de aportes para suprir eventuais necessidades de caixa e a cobertura de eventuais obrigações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN. A apresentação dessas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

2.2 Base de elaboração

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas para contingências.

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2024, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da administração em 09 de maio de 2025.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e serviços.

A Companhia registra sua receita de acordo com o CPC 47 tendo os seus efeitos conforme o contrato com o cliente respeitando os critérios a seguir:

- (a) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (b) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (c) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- (e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da

contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

Receita de adquirência (captura de transações)

A receita é medida com base no *Total Payment Value* (TPV) por estabelecimento comercial. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são reconhecidas ao resultado no momento da aprovação da compra pela instituição financeira. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

Receita de antecipação

A receita de antecipação é reconhecida com base no controle mensal das antecipações executadas aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é auferida conforme taxa de deságio negociada e aplicada junto aos estabelecimentos comerciais. A receita é decorrente da solicitação dos estabelecimentos comerciais de antecipação de pagamento do seu saldo a receber junto a Companhia de acordo com as transações capturadas que, por sua vez, possuem prazos prefixados.

2.4. Tributação

Impostos sobre vendas e prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
<i>Receitas de antecipação de recebíveis e demais receitas financeiras</i>	
Programa de integração social (PIS)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%
<i>Demais receitas operacionais</i>	
Programa de integração social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre serviço (ISS)	2,00%

As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro comprehende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) à alíquota de 15% acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 9%, os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurado no exercício social findo em 31 de Dezembro de 2024, tendo por base o regime do “lucro real”.

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(I) Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

(II) Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(III) Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

A Companhia não possui títulos classificados na categoria descrita no item(III). Não houve reclassificações entre categorias no período.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia referem-se, substancialmente, a recursos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata.

2.7. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. Os ativos e passivos são convertidos (quando existentes em moeda diversa) para o Real.

2.8. Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

2.11. Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 - Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído, são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

2.12. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido de amortização acumulada.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos direitos.

2.13. Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

2.14. Novos pronunciamentos contábeis

A Resolução BCB nº 178/2022 dispõe sobre as operações de arrendamento mercantil contratadas pelas instituições de pagamento que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 219/2022 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros (ativos e passivos financeiros), bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*. A referida Resolução substitui, entre outras normas, a Resolução CMN nº 2.682/1999, a Circular BACEN nº 3.068/2001 e a Circular BACEN nº 3.833/2017.

A Resolução estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e em uma das três categorias:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA; e
- Valor justo por meio do resultado - VJR.

Com relação à perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, a Resolução BCB nº 219/2022 estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada a partir do reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

O BACEN emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem o teste de “somente pagamento do principal e juros” (SPPJ) para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa efetiva de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos das perdas estimadas associadas ao risco de crédito, prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

2.15. Resultado Recorrente e não Recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Companhia. A Companhia não apresenta resultados não recorrentes no exercício.

2.16. Contas a receber

Corresponde principalmente aos valores a receber dos emissores resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão de crédito, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia.

2.17. Contas a pagar estabelecimentos

São relativas às obrigações de pagar os estabelecimentos comerciais credenciados e incluem os

valores transacionados como a utilização de cartões de crédito para compra de produtos e/ou serviços.

2.18. Cessão de Recebíveis

São registrados os montantes referentes às obrigações decorrentes de transações cedidas, estas cessões foram contabilizadas de acordo com a resolução nº 3.533/08 do CMN que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, onde o usuário é o cedente e a Acqio é classificada como intermediadora, representante dos cedentes e devedora dos direitos creditórios levando em consideração que a Companhia opera como uma instituição de pagamento e atua em conformidade com o art. 1 do Decreto 22.626/33.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional	1.286	1.724
Em moeda estrangeira	186	200
	1.472	1.924

4. Títulos e valores mobiliários

	Valor Contábil	Valor de Mercado	31/12/2024			
			Faixas de vencimentos			
			Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos mantidos até o vencimento						
FIDC 2.1 (*)	4.062	4.062	-	-	-	4.062
Títulos para negociação						
Cotas de fundos de investimentos	502	502	502	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	701	701	-	-	701	-
	5.265	5.265	502	-	701	4.062
31/12/2023						
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Faixas de vencimentos			
			Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
			-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento						
FIDC 2.1 (*)	5.646	5.646	-	-	-	5.646
Títulos para negociação						
Certificados de depósitos bancários	643	643	-	-	643	-
	6.289	6.289	-	-	643	5.646

(*) Refere-se à participação na cotas subordinadas no TMAQ21 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

5. Transações a receber de emissores

Transações a receber de emissores	31/12/2024		31/12/2023	
			101.168	164.311
		101.168		164.311

A abertura do saldo a receber por bandeira é como se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
MasterCard	54.135	85.001
Elo	6.438	12.796
Visa	39.883	65.826
Amex	712	688
	101.168	164.311

O prazo do saldo a vencer é como se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Entre 1 e 30 dias	63.024	108.219
Entre 31 e 60 dias	13.022	19.900
Entre 61 e 90 dias	7.749	11.367
Acima de 90 dias	17.373	24.825
	101.168	164.311

6. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	320	321
IRPJ	105	677
CSLL	20	238
	445	1.236

7. Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Sociedades ligadas	21.874	4.365
Despesas antecipadas	1.506	2.674
Garantia MasterCard	709	531
Garantia Amex	94	19
Garantia Visa	1.205	1.205
Mútuo	51	-
Outros	431	495
	25.870	9.289

8. Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada abaixo:

	31/12/2024			2023		
	Taxa de amortizaçã o anual %	Custo	Amortizaçã o acumulada	Líquido	Custo	Amortizaçã o acumulada

Intangível em uso						
Direito a uso de software	20	1.963	(1.255)	708	1.962	(862)
Total		1.963	(1.255)	708	1.962	(862)

A movimentação do intangível do semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

	Direito a uso de software
Em 01 de janeiro de 2024	1.100
Saldo inicial	
Amortização	
Adições	(392)
Em 31 de dezembro de 2024	708
Em 01 de janeiro de 2023	1.407
Saldo inicial	
Custo	
Adições	82
Amortização	
Adições	(389)
Em 31 de dezembro de 2023	1.100

9. Contas a pagar estabelecimentos

	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas	-	29.128
Estabelecimentos comerciais	27.660	23.226
	27.660	52.354

10. Obrigações por Empréstimos

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	295	1.151
	295	1.151
Circulante	295	749
Não circulante	-	402

A movimentação do empréstimo é como se segue:

Movimentação dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2024

Saldo em 1º de janeiro	1.151
Captação	30.250
Juros	1.160
Pagamento de juros	(1.185)
Pagamento de principal	(31.081)
Saldo final	295

Em 31 de dezembro de 2023

Saldo inicial	1.736
Captação	375
Juros	177
Pagamento de juros	(263)
Pagamento de principal	(874)
Saldo final	1.151

11. Obrigações com Antecipação Recebíveis

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Antecipação FIDC (a)	66.205	117.098
Antecipação NUBANK	14.060	
Antecipação Banco 6	113	
	<u>80.378</u>	<u>117.098</u>

- (a) Refere-se as obrigações com o FIDC TMAQ 2.1 decorrente da sua atuação nas antecipações realizadas junto aos clientes da Adquirente. As obrigações possuem vencimento no cutro prazo.

12. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2024	31/12/2023
INSS	122	128
FGTS	6	53
ISS	215	70
IRRF	55	77
PIS, Cofins e CSLL	86	99
PIS	84	112
COFINS	470	627
IOF	-	184
IRPJ	-	184
CSLL	-	69
Parcelamento de tributos federais	3.345	1.205
	4.383	2.808

13. Outros passivos

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de férias e encargos	95	88
Fornecedores	1.848	3.464
Partes relacionadas	27	-
Mútuo	11.275	-
Outros (*)	-	1.990
	13.245	5.542
 Circulante	 1.943	 5.542
Não circulante	11.302	-

(*) Refere-se a contrato de serviços compartilhados (repasse de despesa com pessoal) firmado entre a Companhia e a parte relacionada Esfera 5.

14. Contingências

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão cível	50	50
	50	50

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 113 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2023). A classificação de um risco possível diz respeito a processos que ainda não possuem decisão em 1^a Instância, ou seja, que ainda estão aguardando decisão, pois possuem chance de condenação. Em sua maioria essas causas estão relacionadas no qual a Companhia realizou venda por link de pagamento e os portadores dos cartões que ocorreram a venda solicitaram chargeback.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de Dezembro de 2024 o capital social é de R\$ 26.929.153 e 31 de Dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 21.929.153, o aumento de capital de R\$ 5.000.000 ocorreu em 29 de Abril de 2024 e aprovado pelo BACEN em 06 de Dezembro de 2024, sendo assim, tendo totalmente subscrito e integralizado no ano de 2024 e representado por 26.929.153 ações ordinárias, com direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Acqio Holding Financeira Ltda.	21.929.152	21.929.152
Acqio Holding Participações S.A.	5.000.001	1
	<u>26.929.153</u>	<u>21.929.153</u>

b) Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

- i. A parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social;
- ii. A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório; e
- iii. O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela assembleia de acionistas.

16. Receita operacional

	<u>2º Sem. 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de transações de pagamento	6.819	15.604	15.524
Impostos	(768)	(1.748)	(1.737)
	<u>6.051</u>	<u>13.856</u>	<u>13.787</u>
Receita de antecipação	7.732	17.138	25.336
Impostos	(368)	(816)	(1.322)
	<u>7.364</u>	<u>16.322</u>	<u>24.014</u>
Total da receita líquida	<u>13.415</u>	<u>30.178</u>	<u>37.801</u>

17. Custo dos serviços prestados

	<u>2º Sem. 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo de bandeira	(4.229)	(8.506)	(7.782)

Custo de antecipação	(349)	(349)	(7)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(4.578)	(8.855)	(7.789)

18. Despesas de pessoal

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Salários	(2.992)	(5.653)	(4.858)
Encargos	(96)	(166)	(331)
Benefícios	(78)	(138)	(211)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(3.166)	(5.957)	(5.400)

19. Despesas administrativas

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestados pessoa jurídica	(1.397)	(1.855)	(1.777)
Mensalidade de software	(285)	(679)	(175)
Taxas e licenças	(1.035)	(1.257)	(463)
Despesas com bandeiras	(1.340)	(2.547)	(2.023)
Provisões / (reversões)	-	-	239
Despesas compartilhadas	(1.541)	(3.167)	(927)
Outros	(16)	(16)	(1)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(5.614)	(9.521)	(5.127)

20. Depreciação e amortização

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação imobilizado de uso	(2)	(3)	(2)
Amortização intangível	(196)	(389)	(390)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(198)	(392)	(392)

21. Resultado financeiro

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações	113	233	121
Variação cambial ativa	138	262	173
Juros sobre mútuo	-	-	2.799
	<u>251</u>	<u>495</u>	<u>3.093</u>
	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Juros passivos	(122)	(1.291)	(316)
Variação cambial passiva	(52)	(68)	(392)
Juros sobre mútuo	(1.478)	(2.128)	(232)
Juros FIDC	(4.750)	(11.153)	(19.075)
Tarifas	(550)	(1.264)	(1.230)
IOF	(22)	(27)	(588)
Outros	(273)	(488)	-
	<u>(7.247)</u>	<u>(16.419)</u>	<u>(21.833)</u>

22. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, transações a receber dos emissores, fornecedores e empréstimos. Em 31 de Dezembro de 2024, considerando que as posições são primordialmente de curto prazo, não há materialidade em termos de desconto de valor no tempo à ser aplicado sobre os respectivos saldos.

A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, partes relacionadas, fornecedores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A administração supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se

assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

b) Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN n° 4.748/19 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Exceto preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Os ativos financeiros da entidade estão classificados no nível II.

c) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

Momentaneamente, a Companhia encontra-se desenquadrada nos limites mínimos de capital. Em 13 de Dezembro de 2024, foi realizado um aumento de capital na Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), mediante a emissão de 10.000.000 (Dez milhões) de novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Acqio Holding Participações S.A. e Acqio Holding Financeira Ltda., ainda pendente de aprovação do BACEN. Assim que aprovado pelo Bacen a companhia se tornará reenquadrada e de acordo com o percentual 10% de Índice de Basileia.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A

Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.

Nas operações de adquirência, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Acqio dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, e a Acqio, por sua vez, possui a obrigação de efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Caso os bancos emissores dos cartões descumpriam as suas obrigações financeiras junto à Acqio devido a quaisquer motivos, a Acqio continua obrigada a realizar os pagamentos mencionados aos estabelecimentos comerciais credenciados. O nível de risco ao qual a Acqio está exposta depende dos volumes transacionados por emissor

Os clientes da Acqio devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de: (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial; ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

Risco de fraude

A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco operacional

O Risco Operacional é resultante da inadequação ou falha de pessoas, processos internos e sistemas, fraudes ou de eventos externos. O gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa.

A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a “Qualidade e Confiabilidade” dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as “Regras de Negócios”, forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão.

É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado.

23. Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução n.º 352/23, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

A Resolução BCB n° 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 foram estudadas pela Companhia tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Companhia, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos.

A Companhia realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução n.º 352/23. De acordo com as simulações efetuadas, não temos impactos relevantes pois nossa operação identificou apenas risco relacionado a chargeback conforme as transações de pagamentos (Contas a Receber de Emissores)..A transição para a Resolução n.º 352/2023 acarretará, segundo melhores estimativas, uma redução não superior a 0,7% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Abaixo o quadro resumo com os principais impactos esperados com transição da norma:

Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	% Patrimônio Líq.
Perda de crédito esperada para operações de crédito	0%
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	0,7%
Perda de crédito créditos a liberar	0%
Remensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma	0%
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	0%
Outros	0%

Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros ou perdas acumuladas na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

João Luiz Jardim Sanches
Diretor Financeiro

Severino Manoel da Silva
Contador – CRC 1SP248665/O-8